VINICIUS LUMMERTZ

Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo

MEI: a promessa esquecida da autonomia

Quem abre um pequeno negócio quer conquistar clientes e melhorar de vida. Ao poupar, poderá investir, contratar e formar patrimônio. A política pública deveria facilitar esse percurso de autonomia. No Brasil, frequentemente o interrompe e depois oferece ajuda para recomeçar.

O socorro aos MEIs às vésperas da eleição expõe essa contradição. MEIs, autônomos e micro e pequenas empresas precisam de apoio permanente. A lógica do tratamento diferenciado sempre foi, em todo o mundo, a de nivelar o território. A ajuda pontual não substitui as condições para prosperar.

Essa foi a razão de décadas de luta. Em 1985, fui relator, em Blumenau, do manifesto "Liberdade para trabalhar", no Pacto Nacional da Microempresa da nascente Conampe. Reunia Pedro Cascaes e trabalhistas como Sílvio Rangel. Destacava-se em São Paulo o SIMPI, de Joseph Couri. Naquele ano, Santa Catarina aprovou seu estatuto da microempresa, após o nacional de 1984, no governo de Esperidião Amin, empossado aos 35 anos.

Em 1990, o Cebrae tornou-se serviço social autônomo. No Sebrae, participei da mobilização pelo Simples, liderada por Guilherme Afif Domingos, com 400 seminários e 27 jantares com bancadas. Depois, por ele, veio o MEI. Do estatuto à simplificação tributária e à formalização, todos esses esforços buscaram gerar autonomia: aplainar o caminho, ampliar acessos e dar condições mais equitativas a quem começava com pouco.

O Sebrae acrescenta orientação. Liberdade econômica exige acesso a crédito, formação, tecnologia e mercados.

Em 2000, durante um curso na Kennedy School, dei uma aula na Harvard Law School a convite de Roberto Mangabeira Unger. Minha experiência no Sebrae confirmava sua reflexão sobre a autoajuda e a vontade de vencer dos brasileiros. Wolfgang Sauer, que presidiu a Volkswagen no Brasil, destacava quem trabalhava de dia e estudava à noite, inclusive engenharia. Era construir o próximo degrau sem perder o sustento. O Comunidade Ativa, de D. Ruth Cardoso, com o Sebrae, foi na mesma direção.

Naquele período, nos aproximamos do Babson College para a implantação do GEM, Global Entrepreneurship Monitor, no Brasil. As pesquisas ajudaram a dimensionar o empreendedorismo por necessidade. Mas a necessidade de renda convive com o desejo de independência. Há quem prefira o emprego e quem busque renda melhor e autonomia no próprio negócio. A política deve respeitar essas escolhas e favorecer a mobilidade social.

No primeiro semestre de 2026, micro e pequenas empresas criaram 543,5 mil empregos formais, quase 60% das novas vagas. Debochar dos "CEOs de MEI" é ignorar quem assume riscos e cria oportunidades. Sustentar a própria vida pode gerar oportunidades para outros.

O Prospera MEI propõe perdão tributário para cerca de 3,6 milhões de empreendedores. O PixMEI prevê até R$ 5 mil por beneficiário, para um milhão de MEIs em quatro anos. O pacote inclui ampliar o teto de faturamento e depende de aprovação ou regulamentação. Elevar o teto e recuperar negócios viáveis pode ajudar. O apoio exige critérios, resultados e respeito a quem pagou suas obrigações.

O governo gasta recursos da população. Quando o gasto público cresce sem controle e compromete o equilíbrio fiscal, pressiona os juros e encarece o crédito. A conta chega a quem empreende, reduzindo sua capacidade de investir e contratar. Ao adiar o ajuste das próprias contas, o governo transfere a mochila para quem produz. Depois, oferece socorro a quem ajudou a derrubar. A ajuda eleitoral vira muleta enquanto as causas permanecem.

O fim da escala 6 por 1 ilustra o problema. É desejável ampliar o descanso, mas é preciso criar condições para a mudança. Micro e pequenas empresas, decisivas na geração de empregos, dependem intensamente de mão de obra. Bares e restaurantes funcionam quando os demais descansam. A transição prevista precisa de adaptação setorial e apoio concreto à gestão, à tecnologia e à produtividade. Sem isso, novos custos podem descapitalizar negócios e ameaçar empregos.

O avanço social exige condições econômicas que o sustentem. O pacto social exige ouvir quem trabalha e quem contrata. A paciência de quem luta para sobreviver não pode compensar decisões alheias à sua realidade.

A agenda estrutural deve simplificar regras, ampliar a concorrência no crédito, qualificar a gestão e reduzir os custos da contratação. Deve facilitar a passagem de MEI a microempresa e pequena empresa. Crescer não pode se tornar uma penalidade. O apoio precisa ser medido pela capacidade de produzir, investir e conquistar mercados que deixa em quem o recebe.

Andar com as próprias pernas e de cabeça erguida é ganhar controle sobre o futuro. Essa foi a promessa que uniu décadas de construção. Ela se cumpre quando o Estado deixa de apenas socorrer quem está caindo e abre caminho para quem quer avançar.

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista e escritor

Garantir patrimônio familiar ganha importância

O Brasil tem vivido justificado orgulho de seu agronegócio pela qualidade, tamanho e presença internacional. Também na mineração não andamos mal, embora pudéssemos agregar mais valor na exploração, que pede capital estrangeiro para novos minerais estratégicos e tecnologia de ponta.

Pena que um certo e injustificado preconceito omita o sucesso de nossos bancos, desde sempre, e nas últimas décadas estão no mesmo patamar das maiores organizações do mundo capitalista, não só em tecnologia, mas no trato com clientes e na atração de investimentos que fazer circular a economia geradora de empregos e renda através do volume investido na indústria, comércio, agro e não apenas dos investidores poupadores.

A gestão de grandes somas, patrimônio de famílias abastadas, tem crescido e incentivado novos produtos e a presença internacional relevante, que prestigia nossa economia. Já temos bancos presentes em mercados internacionais. E apesar de muitos escritórios especializados e de qualidade, a chancela de um grande banco é uma garantia a mais.

Bancos como Bradesco já estão nos EUA – Flórida, especialmente – e Luxemburgo, supervisionados por executivos a partir de São Paulo, como o caso de Leandro Karam, já reconhecido no mercado pelo conjunto dos serviços prestados incluindo heranças e sucessão empresarial. O Itaú também atua entre os grandes . A segurança é total.

Os bancos passaram a prestar outros serviços que atendem e protegem clientes, como nos seguros, com destaque para os de saúde, de vida, previdência, autos, embarcações e outros. O seguro no Brasil muito deve a empresários e executivos do talento e carisma de Amador Aguiar e Antônio Carlos Almeida Braga. E lá atrás a Antônio Larragoiti e a coordenação de José Luiz Magalhães Lins, pois até então só tínhamos a Sul América como grande player e hoje pertence ao Grupo D'OR, de hospitais. Três empresas se uniram e depois cada uma tomou seu rumo. O Itaú passou a ter seguradora, mas bem menor.

Falta ainda uma política que incentive a atividade, pois estamos mal no mundo do uso dos seguros. Patinamos em pouco mais de 5% do PIB quando na União Europeia é superior a 12%. Questão de cultura também.

Afinal, não se pode ignorar que onde prosperamos, com ganhos sociais relevantes, na saúde, a meia centena de milhões de brasileiros protegidos pelo setor privado, fundamental para que o SUS tenha o mínimo de eficiência.

O que o país pede é mais fiscalização, seleção, segurança e controle. O governo não pode nem deve bancar riscos assumidos pelo público para pagar menos ou ganhar mais e desgastar o mercado como no caso MASTER.

JOSÉ TADEU

Auditor-Fiscal do Trabalho e representante da DS-MG/SINAIT

Infância não combina com trabalho

O dia 12 de outubro costuma ser associado a presentes, brincadeiras e celebrações. É uma data que nos lembra que toda criança deveria ter o direito de viver a infância com segurança, estudar, brincar e se desenvolver. Mas, para milhões de crianças e adolescentes, essa realidade ainda está distante.

Os dados mais recentes do IBGE mostram a dimensão do problema. Em 2024, o Brasil tinha 1,65 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil, o equivalente a 4,3% da população nessa faixa etária. O número representa um aumento em relação a 2023.

Falar sobre trabalho infantil é importante justamente porque algumas situações ainda são naturalizadas. Vender produtos nas ruas, trabalhar em estabelecimentos comerciais, realizar atividades domésticas incompatíveis com a idade ou exercer tarefas perigosas não são formas de "ajudar" ou de "aprender uma profissão". Quando a atividade prejudica o desenvolvimento, a saúde, a segurança ou a educação, estamos diante de uma violação de direitos.

A legislação brasileira estabelece que o trabalho é proibido antes dos 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14. Também existem atividades consideradas perigosas ou prejudiciais que são proibidas para menores de 18 anos.

O combate ao trabalho infantil, portanto, não pode depender apenas da percepção individual de cada família ou empregador. É necessário que exista uma rede capaz de identificar as situações, fiscalizar, responsabilizar quem explora o trabalho de crianças e adolescentes e garantir que esses meninos e meninas tenham acesso às políticas de proteção.

Nesse processo, a Inspeção do Trabalho exerce uma função fundamental. Durante as fiscalizações, os Auditores-Fiscais do Trabalho podem afastar crianças e adolescentes de situações de trabalho infantil, aplicar as medidas administrativas cabíveis e encaminhá-los à rede de proteção. No caso dos adolescentes a partir dos 14 anos, também existe a possibilidade de encaminhamento para programas de aprendizagem profissional.

Como Auditor-Fiscal do Trabalho e representante da Delegacia Sindical em Minas Gerais do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (DS-MG/SINAIT), acredito que enfrentar o trabalho infantil exige romper com a ideia de que trabalhar cedo é necessariamente sinal de responsabilidade ou de formação de caráter. Criança precisa ter seus direitos protegidos e adolescente precisa encontrar caminhos de formação profissional que respeitem sua idade e sua condição de desenvolvimento.

O dia 12 de outubro pode ser mais do que uma data de celebração. Pode ser também uma oportunidade para refletirmos sobre que infância estamos garantindo às nossas crianças. Proteger a infância não significa impedir o futuro profissional. Significa garantir que esse futuro chegue no momento certo, depois da escola, da convivência familiar, do brincar e de todas as experiências que fazem parte do desenvolvimento de uma pessoa.

Nenhuma criança deveria precisar escolher entre estudar e trabalhar. Nenhuma infância deveria ser interrompida pela exploração do trabalho. Combater o trabalho infantil é, antes de tudo, defender o direito de ser criança.